

A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES, EQUIPE GESTORA E ALUNOS SOBRE O SAERJINHO COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO RIO DE JANEIRO

Reinaldo de Oliveira Ferreira

Assessor da Superintendência de Avaliação e Acompanhamento da Seeduc - RJ.

RESUMO

Este estudo versa sobre a percepção e as práticas das equipes de gestão escolar, professores e alunos em relação às avaliações externas em larga escala. O estudo realizado foi focado no Sistema de Avaliação Diagnóstica Bimestral da Educação do Estado do Rio de Janeiro (SAERJINHO). A investigação baseou-se numa amostra de 130 escolas da rede de ensino do Rio de Janeiro, com base em questionários para cada perfil de entrevistado. A pesquisa revelou lacunas que podem interferir na apropriação dessa política como instrumento de gestão pedagógica das unidades escolares.

Palavras-chave: Avaliação externa. Percepção. Gestão pedagógica.

ABSTRACT

This study aims to register the perception and practice of school management, teachers and students in relation to external evaluation in large scale. We has focused on SAERJINHO. Data is about 130 schools in the federal unity of Rio de Janeiro in Brazil. We used questionnaires to each group of respondents. The research detected problems in the use of external evaluation's results in pedagogical approach.

Keywords: External evaluation. Perception. Pedagogical management.

INTRODUÇÃO

O objetivo geral deste trabalho consistiu em analisar a percepção das equipes escolares na utilização da avaliação externa bimestral do Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro (SAERJINHO) como ferramenta de gestão pedagógica em unidades escolares da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro, enquanto política pública de educação, e seus impactos no processo ensino-aprendizagem. Para atingir tal objetivo, foi necessário encontrar respostas para a seguinte indagação: as equipes escolares – gestores, coordenadores pedagógicos, professores – se apropriam e utilizam os resultados da avaliação externa bimestral?

O SAERJINHO tem sua matriz de referência construída a partir do Currículo Mínimo adotado pela rede estadual de ensino em 2011, documento criado a partir do Planejamento Estratégico no eixo Políticas de Ensino. Com foco no aluno, a avaliação externa bimestral avalia os alunos matriculados nos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e nas três séries do Ensino Médio. Em 2011, sua primeira edição, avaliou as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática; em 2012, além das referidas disciplinas, foram incluídas as disciplinas de Ciências Humanas e Ciências da Natureza; e em 2013, foi incluída uma avaliação em Redação para os alunos da 3ª série do Ensino Médio.

Como política pública de educação com foco na aprendizagem dos alunos e na prática pedagógica dos professores, o SAERJINHO, conforme estabelecido na Resolução SEEDUC Nº 5.131 de 25 de julho de 2014, tem como objetivos: i) oferecer suporte didático-pedagógico e informações diagnósticas que viabilizem uma gestão pedagógica de acordo com o estágio de desenvolvimento dos alunos e com o Currículo Mínimo; ii) fornecer ao professor informações sobre o desenvolvimento do aluno, permitindo que a prática docente se ajuste às necessidades discentes durante o processo ensino-aprendizagem; iii) produzir resultados sistemáticos por aluno, turma, escola e regional; iv) contribuir para o desenvolvimento de uma cultura avaliativa que estimule a melhoria dos padrões de qualidade e equidade da educação estadual; v) gerar, com rapidez, informações úteis sobre etapas vencidas e dificuldades encontradas, estabelecendo uma análise contínua sobre o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Ainda conforme estabelecido pela Resolução SEEDUC 5.131/2014, o SAERJINHO se caracteriza por: i) ser uma avaliação externa em larga escala, diagnóstica, censitária e bimestral; ii) avaliar o 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e as três séries do Ensino Médio e modalidades de ensino equivalentes ofertadas nas unidades escolares estaduais; iii) avaliar as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza; iv) avaliar a escrita através de instrumento de produção textual aplicado na 3ª série do Ensino Médio; v) ser baseado

em matriz de referência bimestral elaborada a partir do Currículo Mínimo adotado; vi) ter aplicação obrigatória em todas as escolas que ofertam as séries/anos de escolaridade avaliados; vii) produzir relatórios técnico-pedagógicos com divulgação via plataforma web, o que lhe confere um caráter multidisciplinar.

Devido a esse caráter multidisciplinar, o SAERJINHO, implementado em 2011 como ferramenta pedagógica para gestores escolares e professores, além de produzir o indicador denominado IDERJINHO, utilizado para acompanhamento das metas estabelecidas para as escolas, também passou a ser adotado como instrumento de seleção de alunos em vários outros programas/projetos da SEEDUC/RJ, que objetivam estimular os alunos à participação nos testes de avaliação externa ou a selecioná-los/classificá-los para se beneficiarem de programas socioeducacionais.

O escopo deste estudo previa pesquisar, em 130 unidades escolares – 10% do total de escolas que compõem a rede estadual de ensino do Rio de Janeiro – a percepção sobre a avaliação externa de 130 gestores escolares, quantitativo plenamente atingido; 130 coordenadores pedagógicos, dos quais 68 tiveram interesse em participar da pesquisa; 910 professores, em que 181 se dispuseram a responder o questionário; e quanto aos alunos, apesar de não ter havido uma predefinição de quantitativo total, 320 deles colaboraram com a participação na coleta de dados.

Como instrumento de pesquisa, foram utilizados quatro tipos de questionários: para gestores escolares, que buscava esclarecer o nível de conhecimento sobre o processo de avaliação e como sua gestão é exercida com foco na apropriação e utilização dos resultados das avaliações – internas e externas; para coordenadores pedagógicos, que objetivava levantar o nível de conhecimento desses profissionais sobre o processo de avaliação e sua prática na utilização/apropriação dos resultados da avaliação externa bimestral junto a professores e alunos; para professores – sete por unidade escolar – que atuam no Ensino Médio nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Química, Física, Biologia, História e Geografia, com vistas a apurar o nível de conhecimento desses profissionais sobre o processo das avaliações e como esse conhecimento é utilizado para a efetiva atuação na gestão do trabalho em sala de aula; para alunos das escolas pesquisadas, visando apurar sua percepção do processo de avaliação externa bimestral e se essa avaliação contribui para a sua aprendizagem.

A aplicação dos instrumentos de pesquisa se processou eletronicamente, via Google Drive¹, cujos links de acesso, cada um específico para o grupo de respondente pretendido, foram disponibilizados às unidades escolares, via e-mails, no período de 16 de março a 17 de maio de 2015. A opção por esta ferramenta deve-se à fa-

1. Google Drive é um serviço de armazenamento e sincronização de arquivos da Google. Abriga um leque de aplicações de produtividade e edição de documentos, folhas de cálculo, apresentações etc. Baseia-se no conceito de computação em nuvem, o que possibilita ao internauta armazenar arquivos e acessá-los a partir de qualquer computador ou outros dispositivos compatíveis, desde que ligados à internet, sem necessidade de instalação de programas específicos. Seu uso é gratuito até o limite de 15 *gigabytes*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Google_Drive>. Acesso em: 18 mar. 2014.

cidade de elaboração do arquivo e seu compartilhamento com os respondentes; otimização de tempo e recursos materiais, tanto para os respondentes, quanto para o pesquisador; e consolidação das respostas e elaboração de gráficos.

PERFIL DOS ENTREVISTADOS

É válido destacar que os perfis pesquisados e aqui apresentados objetivaram levantar apenas as características de sexo, faixa etária, formação e experiência profissional no magistério, na gestão pedagógica e na gestão escolar dos professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares, uma vez que o presente trabalho não se propôs a analisar as influências de perfis de liderança na gestão pedagógica e administrativa das unidades escolares. No caso do perfil dos alunos, tratou-se apenas em caracterizá-los quanto à questão de sexo e distorção idade-série.

Dessa forma, considerando os 130 gestores escolares respondentes, 76% são do sexo feminino, as idades variam de 26 - o mais novo - a 69 anos - o mais velho -, o que confere uma idade média de 48 anos. Quanto à formação, 2,3% informaram possuir somente o curso normal de nível médio; 20,8% possuem graduação em Pedagogia ou licenciatura; 1,5% com doutorado; 6,9% com mestrado; e 68,5% possuem alguma especialização lato sensu. No quesito formação, é possível perceber uma valorização desse aspecto, uma vez que 77% buscaram formação além da graduação. Em relação à experiência como gestor escolar, 24,6% possuem menos de cinco anos, e 46,9% são gestores na atual escola há menos de cinco. A nomeação desse profissional, a partir de 2011, efetiva-se por meio de processo seletivo interno, que inclui prova objetiva e de títulos e avaliação de perfil. Esse processo, certamente, explica os 25% com menos de cinco anos de experiência na função; e 47%, embora tenha experiência anterior em gestão escolar, assinalou o mesmo tempo de gestão na escola atual, indicando, assim, um contexto de renovação na gestão escolar fluminense.

Em relação aos 68 coordenadores pedagógicos que se dispuseram a colaborar com este estudo, 97% são do sexo feminino, com idade que varia entre 32 e 67 anos, com idade média de 45 anos. No que se refere à formação desses profissionais, 19,5% possuem formação mínima em Pedagogia ou alguma licenciatura, 13% com mestrado e 67,5% com especialização lato sensu, o que indica que em torno de 80% desses profissionais investem na própria formação com cursos de especialização. Quanto à experiência, 47% estão exercendo a função há menos de cinco anos, e 70,5% são coordenadores pedagógicos na escola atual há pelo menos cinco anos. Em relação à atuação anterior como docente, 3% informaram experiência menor que cinco anos, e 23,5% maior que 20 anos.

Quanto aos 181 professores respondentes, 65,7% são do sexo feminino e 34,3% do sexo masculino, com faixa etária de 24 a 65 e média de idade correspondente a 44 anos. Quanto à experiência como docente, 27% têm mais de 20 anos; 8% menos de cinco anos; 65% encontram-se na faixa entre seis e 19 anos de experiência no magistério; 29% encontram-se lotados na atual escola há menos de cinco anos; 6,5% há mais de 20 anos; e em 39% houve coincidência de mesmo tempo de experiência no magistério e de atuação na escola atual. Em relação às disciplinas de graduação dos respondentes, 43,5% são da área de Língua Portuguesa; 20% de Matemática; 14% de Biologia; e os 22,5% restantes distribuídos nas áreas de Física, Química, História e Geografia.

No que se refere ao perfil dos 320 alunos que voluntariamente colaboraram com suas respostas para a realização desta pesquisa, 58,5% são do sexo feminino e 41,5 do sexo masculino, sendo que 2,5% estão matriculados na 1ª série do Ensino Médio; 19,5% na 2ª série; e 78% na 3ª. A faixa etária varia entre 15 e 22 anos, o que confere uma média de idade de 17 anos; e somente um aluno afirmou possuir 40 anos de idade. Considerando as três séries, apenas 2,2% do total de respondentes encontra-se em distorção idade-série.

Uma vez caracterizados os atores no seu contexto de atuação, no subitem que se segue, são analisados os dados da pesquisa de campo na qual se buscou identificar a percepção desses atores em relação à apropriação e utilização dos resultados da avaliação externa bimestral como ferramenta de gestão pedagógica nas unidades escolares.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com base nos dados apurados pela pesquisa de campo, julgou-se pertinente sistematizar a análise de seus resultados em duas dimensões, quais sejam: a) a percepção das equipes escolares sobre a avaliação externa bimestral; e b) as práticas de gestão a partir da apropriação e utilização da avaliação externa bimestral como ferramenta de gestão pedagógica, em que o significado atribuído à política de avaliação externa influencia sobremaneira na sua apropriação e utilização como instrumento orientador de gestão.

Para Machado (2012), a propósito da compreensão e do uso dos resultados das avaliações externas e sua relação com os resultados da avaliação interna, é importante compreender as possibilidades de fortalecimento da escola pública, uma vez que é comum no escopo da avaliação externa oferecer subsídios para as decisões dos gestores. Desse modo, os dados da avaliação externa podem clarificar o trabalho empreendido pela escola na busca de ofertar uma educação pública de qualidade.

Assim é que, nas palavras dessa autora,

[...] utilizar os resultados das avaliações externas significa compreendê-los não como um fim em si mesmos, mas sim como possibilidade de associá-los às transformações necessárias no sentido de fortalecer a escola pública democrática, que é aquela que se organiza para garantir a aprendizagem de todos (MACHADO, 2012, p. 79).

1. O termo *stakeholder* foi criado pelo filósofo americano Robert Edward Freeman (1984) e identifica os grupos que são partes interessadas de uma corporação/instituição e que a ela se relacionam por meio de uma ação, projeto ou programa, contribuindo para sua legitimação. No contexto educacional configuram-se como *stakeholder* os gestores públicos, diretores escolares, professores e alunos, principalmente (Adaptado pelo autor).

Transformar a escola depende do modelo de atuação das equipes escolares, sendo os stakeholders¹ elementos fundamentais na implementação de políticas públicas, porque nelas têm interesses ou por elas são afetados. Por essa premissa, cabe às equipes escolares, em especial aos gestores escolares e coordenadores pedagógicos, promoverem essa inter-relação no cotidiano da escola, garantindo ao corpo docente o acesso à informação e à formação, elementos essenciais para a compreensão da política pública e a prática das ações a ela pertinentes.

O universo de atuação das equipes escolares não se restringe somente ao espaço da escola, pois há que se considerar a visibilidade que a divulgação de indicadores confere à qualidade da educação, tornando inevitáveis as comparações entre unidades escolares, sistemas de ensino e, até mesmo, entre países. Essa visibilidade provoca questionamentos diversos e relevantes, como relação investimento/qualidade da educação e responsabilidade das equipes escolares pelos resultados divulgados.

De acordo com Brooke (2006),

[...] essa exigência por maiores informações sobre os resultados dos sistemas escolares tem sido respondida pela implementação de políticas de accountability, ou seja, de responsabilização, mediante as quais se tornam públicas as informações sobre o trabalho das escolas e consideram-se os gestores e outros membros da equipe escolar como corresponsáveis pelo nível de desempenho alcançado pela instituição (BROOKE, 2006, p. 378).

Desse modo, a percepção do gestor escolar e do coordenador pedagógico em relação à política de avaliação externa bimestral foi analisada a partir de cinco proposições: 1) o caráter diagnóstico da avaliação externa; 2) a contribuição da avaliação externa para melhorar a aprendizagem; 3) a avaliação externa como ferramenta de gestão pedagógica; 4) a integração da avaliação externa às atividades curriculares; e 5) a avaliação externa como ferramenta de investigação da qualidade da educação, cujos percentuais de respostas são apresentados no Quadro 1:

QUADRO 1. Gestores Escolares e Coordenadores Pedagógicos (percepção)

PERCEPÇÃO DOS GESTORES	DADOS APURADOS	
	Gestor Escolar	Coordenador Pedagógico
A avaliação educacional assume caráter diagnóstico para viabilizar ao Gestor Escolar/ Coordenador Pedagógico identificar as dificuldades e as potencialidades dos alunos.	70% concordam totalmente	66% concordam totalmente
	23% concordam parcialmente	29% concordam parcialmente
	1% discorda totalmente	5% discordam parcialmente
	6% discordam parcialmente	
A apropriação dos resultados da avaliação externa bimestral (SAERJINHO) pode contribuir para melhorar o processo ensino-aprendizagem.	83% concordam totalmente	76,5% concordam totalmente
	8% concordam parcialmente	16% concordam parcialmente
	8% discordam totalmente	6% discordam totalmente
	1% discorda parcialmente	1,5 discordam parcialmente
A avaliação externa bimestral (SAERJINHO) pode ser uma ferramenta auxiliar da gestão pedagógica da escola.	80% concordam totalmente	81% concordam totalmente
	11% concordam parcialmente	12% concordam parcialmente
	8% discordam totalmente	7% discordam totalmente
	1% discorda parcialmente	
A avaliação externa bimestral (SAERJINHO) pode ser integrada ao conjunto das atividades curriculares.	82% concordam totalmente	81% concordam totalmente
	8,5% concordam parcialmente	10% concordam parcialmente
	8% discordam totalmente	7,5% discordam totalmente
	1,5 discordam parcialmente	1,5% discordam parcialmente
A avaliação externa bimestral pode ser uma ferramenta de investigação da qualidade do processo ensino-aprendizagem da escola.	74% concordam totalmente	66% concordam totalmente
	16% concordam parcialmente	25% concordam parcialmente
	4,5% discordam totalmente	4,5% discordam totalmente
	5,5 discordam parcialmente	4,5% discordam parcialmente

Fonte: Pesquisa realizada entre março e maio de 2015 com uma amostra de escolas da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro.

A consolidação dos dados dispostos no Quadro 1 permite concluir que esses dois atores, responsáveis diretos pela gestão da unidade escolar, apresentaram níveis de concordância muito próximos com as questões propostas, inferindo-se, assim, que sua percepção em relação à política de avaliação externa bimestral é bastante positiva, ultrapassando 90% quando somados os níveis de concordância total com aqueles que concordam parcialmente, sem desconsiderar a existência de vozes discordantes, cujo percentual, embora baixo, pode exercer influência no contexto da prática.

Em relação às práticas de gestão, a análise se pautou em oito proposições, a saber: 1) promoção de reuniões para apropriação de resultados; 2) uso dos resultados para acompanhamento das metas da escola; 3) esclarecimentos sobre avaliação; 4) uso dos resultados na prática de gestão; 5) uso dos resultados na prática docente; 6) correlação dos resultados das avaliações interna e externa; 7) cumprimento de dispositivo normativo; e 8) uso do Banco de Itens, conforme dados dispostos no Quadro 2:

QUADRO 2. Gestores Escolares e Coordenadores Pedagógicos (Práticas)

PRÁTICAS DE GESTÃO	DADOS APURADOS	
	Gestor Escolar	Coordenador Pedagógico
Promovo reuniões com professores para apropriação dos resultados da avaliação externa bimestral (SAERJINHO).	77% concordam totalmente	76,5% concordam totalmente
	12% concordam parcialmente	14,5% concordam parcialmente
	8,5% discordam totalmente	7,5% discordam totalmente
	2,5% discordam parcialmente	1,5% discordam parcialmente
Utilizo os resultados de desempenho dos alunos nas avaliações externas bimestrais (SAERJINHO) para acompanhar as metas educacionais da escola.	83% concordam totalmente	85,5% concordam totalmente
	9% concordam parcialmente	13% concordam parcialmente
	4% discordam totalmente	1,5% discordam parcialmente
	4% discordam parcialmente	
Certifico-me de que existe clareza de entendimento dos professores sobre o processo de avaliação externa bimestral (SAERJINHO).	76% concordam totalmente	72% concordam totalmente
	14% concordam parcialmente	19% concordam parcialmente
	4% discordam totalmente	4,5% discordam totalmente
	4% discordam parcialmente	4,5% discordam parcialmente
Levo em consideração os resultados das provas da avaliação externa bimestral (SAERJINHO) na elaboração de estratégias para melhorar a gestão pedagógica da escola.	77,5% concordam totalmente	82% concordam totalmente
	15,5% concordam parcialmente	12% concordam parcialmente
	4,5% discordam totalmente	6% discordam totalmente
	2,5% discordam parcialmente	
Dou sugestões aos professores de como eles podem melhorar sua prática pedagógica a partir da utilização dos resultados das avaliações externa.	71,5% concordam totalmente	76,5% concordam totalmente
	18,5% concordam parcialmente	17,5% concordam parcialmente
	6% discordam totalmente	6% discordam totalmente
	4% discordam parcialmente	
Correlaciono os resultados das provas da avaliação externa bimestral (SAERJINHO) com os resultados da avaliação interna para orientar o planejamento/ replanejamento pedagógico da escola.	65% concordam totalmente	78% concordam totalmente
	23% concordam parcialmente	16% concordam parcialmente
	7% discordam totalmente	6% discordam totalmente
	5% discordam parcialmente	
Oriento os professores quanto à utilização da avaliação externa bimestral (SAERJINHO) como um dos instrumentos de composição da nota bimestral dos alunos, conforme previsto na Portaria SEEDUC/SUGEN N° 419/2013.	91% concordam totalmente	90% concordam totalmente
	2% concordam parcialmente	3% concordam parcialmente
	1% discorda totalmente	7% discordam parcialmente
	6% discordam parcialmente	
Oriento os professores quanto à utilização do Banco de Itens como ferramenta auxiliar na preparação de atividades para seus alunos.	83% concordam totalmente	85% concordam totalmente
	8,5% concordam parcialmente	7,5 % concordam parcialmente
	7,5% discordam totalmente	7,5 discordam totalmente
	1% discorda parcialmente	

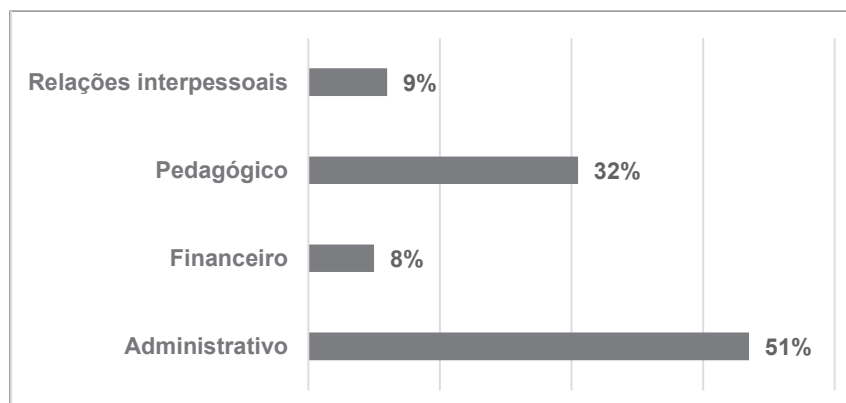
Fonte: Pesquisa realizada entre março e maio de 2015 com uma amostra de escolas da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro

Os dados apurados sobre as práticas do gestor escolar e do coordenador pedagógico se mostraram coerentes com suas percepções sobre a política de avaliação externa bimestral, uma vez que o nível de concordância total em relação a cada uma das proposições, somados ao de concordância parcial, também é superior a 80%. Os percentuais de discordantes são baixos e também guardam coerência com a percepção que esses atores revelaram em relação

ao objeto da pesquisa, mas podem denotar resíduos de incompreensão do processo de avaliação ou resistência ao modelo de avaliação implementado.

Um item relevante pesquisado aborda o tempo dedicado pelos gestores escolares aos diferentes processos de gestão, a fim de harmonizar a efetivação dos trabalhos no cotidiano da escola. O Gráfico 1 traz esse item, traduzido em números percentuais:

GRÁFICO 3. Relação Tempo/Processos de Gestão/Gestor Escolar



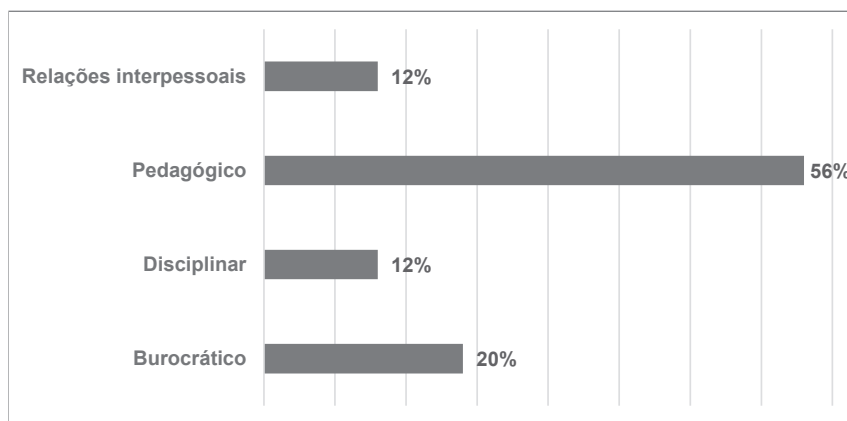
Fonte: Pesquisa realizada entre março e maio de 2015 com uma amostra de escolas da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro.

Esses dados revelam que os gestores escolares dedicam mais tempo de seu trabalho ao processo administrativo – 51%; e somente 32% afirmaram dedicar-se mais à gestão pedagógica. As relações interpessoais e a gestão financeira foram apontadas como práticas de gestão a que 9% e 8% dos gestores escolares, respectivamente, dedicam mais tempo em sua rotina de trabalho.

Essa realidade já foi objeto de outras pesquisas (POLON, 2009) e os dados aqui contabilizados não constituem novidade, mas comprovam, de certo modo, a fragmentação das atividades da gestão escolar no setor público de educação. Embora o gestor escolar não possa se descuidar de todos os processos concernentes à sua função, ele deve buscar o equilíbrio para não relegar a um segundo plano os aspectos pedagógicos de sua gestão.

Questionamento semelhante também foi feito para o coordenador pedagógico, ator importante na equipe diretiva e sobre o qual recai a responsabilidade de organizar ações que contribuam para o fortalecimento das relações sociais e profissionais, como o planejamento pedagógico, os planos de ensino e de avaliação. Ou seja, compete a esse profissional organizar a rotina pedagógica da escola para criar o ambiente adequado de ensino e aprendizagem. O Gráfico 2 apresenta em percentuais os processos da rotina escolar aos quais esse profissional dedica mais tempo:

GRÁFICO 4. Relação Tempo/Processos de Gestão/Coord. Pedagógico



Fonte: Pesquisa realizada entre março e maio de 2015 com uma amostra de escolas da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro.

Analisando os percentuais de respostas, percebe-se que o processo pedagógico foi apontado por 56% dos respondentes como aquele a que dedicam mais tempo em sua rotina de trabalho. Considerando, entretanto, a realidade desse profissional no contexto escolar, em que se depara com a necessidade de se dedicar a atividades que não fazem parte, diretamente, de suas atribuições, mas delas não pode se omitir, não surpreende que 20% têm o processo burocrático como aquele a que mais se ocupa; outros 12% afirmaram que cuidam mais das relações interpessoais; e outros 12% revelaram que o processo disciplinar demanda mais de seu tempo, muito provavelmente referente aos alunos.

Os dados apurados revelaram que a atuação desse profissional se efetiva em circunstância semelhante à do gestor escolar, pois é possível perceber o processo pedagógico sendo preterido para atendimento a outras demandas, numa visão equivocada, em que o próprio coordenador pedagógico, muitas vezes, não percebe sua verdadeira função no contexto da escola, que é a de articulador das práticas pedagógicas e de formador de professores em serviço - conforme pesquisa da Fundação Victor Civita¹ - no sentido de harmonizar as relações e organizar a escola como espaço formal de aprendizagem para todos. Não é uma questão de culpabilidade, mas apenas a constatação de deficiências na formação/atribuições desse profissional. Logo, é um descompasso existente na organização do sistema escolar.

Quanto aos professores, a análise de sua percepção em relação à política implementada se processou em torno de seis proposições: 1) o caráter diagnóstico da avaliação externa; 2) a contribuição da avaliação externa para melhorar a aprendizagem; 3) a avaliação externa como ferramenta de gestão pedagógica; 4) a integração da avaliação externa às atividades curriculares; 5) a avaliação externa como ferramenta de investigação da qualidade da educação; e 6) a avaliação externa integrada ao processo ensino-aprendizagem.

1. Pesquisa realizada em 2010/2011, teve como pressuposto de estudo que "o papel central do Coordenador Pedagógico é o de formador de seus professores – formação em serviço –, portanto, de articulador e transformador da realidade educacional", com o objetivo de identificar e analisar os processos de coordenação pedagógica, de modo a ampliar o conhecimento sobre o Coordenador Pedagógico ou função semelhante quanto às suas potencialidades e limitações e, com isso, subsidiar políticas públicas de formação docente e organização dos sistemas escolares. Disponível em: <www.fvc.org.br/pdf/apresentacao-coordenadores-qualitativo.pdf>. Acesso em: 20 jun 2014.

Os números apurados encontram-se consolidados em percentuais de respostas no Quadro 3:

QUADRO 3. Professores (percepção)

PERCEPÇÃO DOCENTE	DADOS APURADOS Professor
A avaliação educacional deve assumir caráter diagnóstico para viabilizar ao professor identificar as dificuldades e as potencialidades dos alunos.	68% concordam totalmente
	27% concordam parcialmente
	1% discorda totalmente
	4% discordam parcialmente
A apropriação dos resultados da avaliação externa bimestral (SAERJINHO) pode contribuir para melhorar o processo ensino-aprendizagem.	58% concordam totalmente
	30% concordam parcialmente
	5,5% discordam totalmente
	6,5% discordam parcialmente
A avaliação externa bimestral (SAERJINHO) pode ser uma ferramenta auxiliar da gestão pedagógica da sala de aula.	63% concordam totalmente
	28% concordam parcialmente
	5,5% discordam totalmente
	3,5% discordam parcialmente
A avaliação externa bimestral (SAERJINHO) é integrada ao conjunto das atividades curriculares.	67% concordam totalmente
	25,5% concordam parcialmente
	3% discordam totalmente
	4,5% discordam parcialmente
A avaliação externa bimestral (SAERJINHO) pode ser uma ferramenta de investigação da qualidade do processo ensino-aprendizagem da escola.	53% concordam totalmente
	28% concordam parcialmente
	7% discordam totalmente
	12% discordam parcialmente
A avaliação externa bimestral (SAERJINHO) é entendida como parte integrante do processo ensino-aprendizagem.	63% concordam totalmente
	25,5% concordam parcialmente
	5% discordam totalmente
	6,5% discordam parcialmente

Fonte: Pesquisa realizada entre março e maio de 2015 com uma amostra de escolas da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro.

Os níveis de concordância dos professores em relação ao objeto da pesquisa revelam uma percepção positiva superior a 80%, considerando a soma entre os que concordam totalmente com aqueles que concordam parcialmente. Refletem, ainda, níveis de percepção semelhante aos dos gestores escolares e coordenadores pedagógicos. Os números apurados parecem indicar um alinhamento muito próximo entre a percepção dos professores e aquela indicada pelos gestores escolares e coordenadores pedagógicos.

Entretanto, os dados revelam discordâncias em relação às questões apresentadas, podendo-se inferir que persistem incompreensões ou alguma resistência dos professores em aceitar a avaliação externa bimestral como diagnóstico do processo ensino-aprendizagem. Desse modo, não podem ser desconsiderados esses percentuais de percepção, uma vez que a compreensão que os professores têm do processo de avaliação contribui para a formação de conceitos, preconcebidos ou não, sobre essa política pública, influenciando suas práticas e a eficácia da política no contexto das escolas.

1. O banco de itens é um acervo de questões de todas as sete disciplinas avaliadas, organizado por série/ano de escolaridade, conforme os descritores previstos nas matrizes de referência dos dois programas que compõem o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Rio de Janeiro – SAERJ e SAERJINHO – e disponibilizado aos professores como material de apoio na elaboração de atividades didático-pedagógicas.

No quesito práticas docentes, as questões abordaram cinco propostas: 1) uso dos resultados na prática docente; 2) correlação dos resultados das avaliações interna e externa para planejamento; 3) cumprimento de dispositivo normativo; 4) participação em reuniões de apropriação de resultados; e 5) uso do banco de itens¹, conforme dados dispostos no Quadro 4:

QUADRO 4. Professores (Práticas)

PRÁTICA DOCENTE	DADOS APURADOS Professor
Utilizo os resultados de desempenho dos alunos na avaliação externa bimestral (SAERJINHO) para orientar minhas práticas pedagógicas.	58% concordam totalmente
	36% concordam parcialmente
	3% discordam totalmente
	3% discordam parcialmente
Correlaciono os resultados das provas da avaliação externa bimestral (SAERJINHO) com os resultados da avaliação interna para orientar meu planejamento/replanejamento.	60% concordam totalmente
	29% concordam parcialmente
	4% discordam totalmente
	7% discordam parcialmente
Utilizo a avaliação externa bimestral (SAERJINHO) como um dos instrumentos de composição da nota bimestral dos alunos, conforme previsto na Portaria SEEDUC/SUGEN N° 419/2013.	86% concordam totalmente
	9% concordam parcialmente
	4% discordam totalmente
	1% discorda parcialmente
Participo de reuniões promovidas pela direção/coordenação pedagógica para apropriação/discussão dos resultados da avaliação externa bimestral (SAERJINHO).	75% concordam totalmente
	17% concordam parcialmente
	5% discordam totalmente
	3% discordam parcialmente
Utilizo o Banco de Itens como ferramenta auxiliar na preparação de atividades para meus alunos.	66% concordam totalmente
	25% concordam parcialmente
	3% discordam totalmente
	6% discordam parcialmente

Fonte: Pesquisa realizada entre março e maio de 2015 com uma amostra de escolas da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro.

Os dados apurados sobre as práticas docentes se mostraram alinhados com a percepção revelada pelos professores, com nível de concordância total em relação às questões propostas, quando combinado com a parcial, ultrapassando 80%. Revelam, também, discordâncias, com percentuais, embora baixos, capazes de indicar resistências quanto à utilização de dados da avaliação externa bimestral na elaboração de estratégias pedagógicas.

Embora o foco desta pesquisa tenha sido a percepção das equipes escolares sobre a política de avaliação externa bimestral, buscou-se também conhecer a percepção dos alunos sobre o tema. Afinal, quando se busca estratégias que visem promover a melhora da qualidade do processo ensino-aprendizagem, esse ator, público-alvo das políticas públicas de educação, não participa de sua elaboração e, por vezes, sequer é consultado.

Se no desenho das políticas públicas há que preocupar com os dispositivos legais que preveem que seus objetivos devem se pautar por desenvolver o educando, de modo a assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, na sua implementação é importante considerar a compreensão dos alunos sobre tais objetivos.

O desafio que se coloca aos elaboradores das políticas e às equipes escolares é considerar os alunos não somente como alvo dessas políticas, mas como verdadeiros *stakeholders* no contexto da prática, pois nelas têm interesses e por elas são impactados. Logo, como eles as compreendem e o que pensam delas também contribui para o sucesso das políticas de educação.

Assim, as questões propostas aos alunos abordaram seis aspectos: 1) a avaliação externa como motivação para os estudos; 2) cumprimento de dispositivo normativo para composição de nota bimestral; 3) contribuição da avaliação externa na melhora das notas escolares; 4) contribuição da avaliação externa para melhorar a qualidade da educação; 5) preparação para participar dos testes da avaliação externa; e 6) preparação da escola para a avaliação externa.

Os dados apurados encontram-se consolidados no Quadro 5:

QUADRO 5. Percepção dos alunos

PERCEPÇÃO DISCENTE	DADOS APURADOS
	Aluno
A avaliação externa bimestral (SAERJINHO) desperta meu interesse pelos estudos.	29% concordam totalmente
	45% concordam parcialmente
	10% discordam totalmente
	16% discordam parcialmente
Meus professores utilizam a avaliação externa bimestral (SAERJINHO) como nota bimestral.	71% concordam totalmente
	21% concordam parcialmente
	4% discordam totalmente
	4% discordam parcialmente
Participando da avaliação externa bimestral (SAERJINHO), tenho conseguido melhorar minhas notas.	39% concordam totalmente
	41% concordam parcialmente
	16% discordam totalmente
	11% discordam parcialmente
Entendo que a avaliação externa bimestral (SAERJINHO) contribui para melhorar a qualidade da educação da minha escola.	52% concordam totalmente
	29% concordam parcialmente
	9,5% discordam totalmente
	9,5% discordam parcialmente
Estudo para as provas da avaliação externa bimestral (SAERJINHO).	26% concordam totalmente
	42% concordam parcialmente
	18% discordam totalmente
	14% discordam parcialmente
Minha escola se prepara para a avaliação externa bimestral (SAERJINHO).	58,5% concordam totalmente
	28% concordam parcialmente
	4,5% discordam totalmente
	9% discordam parcialmente

Fonte: Pesquisa realizada entre março e maio de 2015 com uma amostra de escolas da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro.

Baseando-se nos dados apurados, foi observado que a percepção dos alunos em relação ao objeto da pesquisa não é tão elevada quanto à percepção das equipes escolares. Embora as unidades escolares se preparem para a aplicação da avaliação, total ou parcialmente – 86% ; os alunos não percebem a política como ferramenta capaz de despertá-los totalmente para os estudos – 28%; para melhorar as notas escolares – 39%; e nem se dedicam à preparação para realizar os testes – 26%; a despeito de programas/projetos criados como incentivo discente, tais como bolsas de estudo, acesso a cursos técnicos, estágio remunerado e outros.

Outro aspecto relevante refere-se à percepção das equipes escolares sobre o caráter diagnóstico da avaliação. Embora a pesquisa tenha apurado que mais de

90% dos atores respondentes tenham uma percepção muito favorável a esse quesito, isolados aqueles que afirmaram concordar parcialmente, percebe-se que uma parte significativa dos planejamentos das unidades escolares não contemplam ações fundamentadas no diagnóstico gerado pelas avaliações, uma vez que 70% dos gestores escolares, 66% dos coordenadores pedagógicos e 68% dos professores afirmaram concordar totalmente com a proposição.

Sobre essa questão, Vianna (2003) afirma:

[...] os elementos levantados nos vários tipos de avaliação – seja de sala de aula ou de sistemas – devem ser analisados por professores e técnicos especializados nas várias áreas curriculares, a fim de que sejam incorporados ao planejamento escolar e contribuam para o processo educacional. A avaliação não é um valor em si e não deve ficar restrita a um simples rito da burocracia educacional, necessita integrar-se ao processo de transformação do ensino/aprendizagem e contribuir, desse modo, ativamente, para o processo de transformação dos educandos (VIANNA, 2003, p. 25-26).

A avaliação educacional, seja a interna ou a externa, gera dados que, em tese, permitem aos gestores dos três níveis da hierarquia – central, regional e escola – constituir indicadores importantes para subsidiar a elaboração de planejamentos e de práticas educacionais comprometidas com a melhoria da qualidade da educação. Para isso, é importante reconhecer que a avaliação tem como principal finalidade produzir um diagnóstico orientador do planejamento no qual se devem pautar as ações escolares. Logo, a despeito de outras características inerentes à avaliação educacional, bem como outros fins que a ela se pode conferir, seu caráter diagnóstico é imprescindível por conduzir um ajuste do processo ensino-aprendizagem, adequando conteúdos a práticas de ensino com as características dos alunos reveladas pela avaliação.

Implementada em 2011, a avaliação externa bimestral chegou à sua 5ª edição em 2015. Segundo os dados analisados neste subitem, é possível inferir que as equipes escolares, de alguma forma, incorporaram essa política às suas práticas, pois têm dela uma percepção positiva.

Neste ponto, cabem algumas reflexões sobre os dados apurados pela pesquisa de campo e considerando as observações empíricas do pesquisador. A consolidação desses dados permitiu constatar que, de um modo geral, as equipes escolares expressam uma visão positiva sobre a política de avaliação externa bimestral no contexto das unidades escolares em que atuam, a despeito da existência de vozes que não a percebem como mecanismo capaz de possibilitar transformações em suas práticas. Principalmente se for levado em consideração que a visão dos alunos sobre as práticas escolares em torno do objeto dessa pesquisa não atinge o mesmo nível de percepção favorável apresentado pela equipe gestora.

Além disso, de forma veemente em seus primeiros dois anos de implementação, mas ainda presente nas relações entre técnicos executores e equipes escolares, a avaliação externa bimestral é entendida como uma interferência na autonomia da escola e dos professores nos aspectos de definição dos instrumentos de avaliação interna. Logo, não seria possível desenvolver este trabalho sem abordar essa temática.

A questão da autonomia no contexto escolar é um grande desafio a ser enfrentado nas escolas brasileiras, mas preconizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica¹. De um lado estão os gestores escolares e os professores que buscam realizar o seu trabalho voltado para as demandas locais, usando os meios de que dispõem; e de outro lado estão as políticas públicas que responsabilizam legalmente esses gestores para que os resultados alcançados sejam positivos, e para que a qualidade da educação seja cada vez melhor. Frente a essas estruturas, estão as hierarquias que ora facilitam o trabalho e ora dificultam. De acordo com Neubauer e Silveira (2009),

1. Lei nº 9.394/1996 e Resolução CNE/CEB nº 4/2010.

autonomia, um dos conceitos básicos das sociedades democráticas, é um meio – não um fim em si mesmo. É um processo a ser articulado no interior da escola e na correlação de forças com os órgãos centrais e com a comunidade, para que a instituição escolar possa assegurar educação de qualidade. Um processo que exige a necessária clareza sobre o que se deseja promover, sobre a identidade – da escola e do sistema educacional – que se pretende construir e os resultados a alcançar (NEUBAUER; SILVEIRA, 2009, p. 7).

Entendendo que a autonomia escolar é relativa e que não é soberana, para uma gestão autônoma, nesse contexto, o gestor escolar tem um papel fundamental. Cabe a ele promover a participação da comunidade, buscar conhecer o perfil dos professores de alunos e de seus familiares, conhecer a história da instituição, a legislação, bem como o envolvimento dos atores locais e seus interesses. Mas não pode olvidar de sua posição na hierarquia e sua condição de representante legal da secretaria de educação no local onde acontece o processo educacional – a escola. Portanto, seu trabalho implica em responsabilidade e deve ter como foco a melhoria da aprendizagem dos alunos.

Tais resultados levam a questionar a compreensão que tais gestores possuem sobre as variáveis pesquisadas, assim como sua capacidade de identificá-las e defini-las nas diversas dimensões da gestão escolar. Independentemente das motivações que os movem, é importante registrar que os gestores escolares devem procurar conhecer melhor os meandros da escola, bem como tentar perceber na passividade daqueles que comandam resistências veladas que podem dificultar a realização de debates que contribuam para aprimorar

as práticas escolares. Ou então as equipes escolares, mesmo sem compreender a política implementada em toda a sua extensão, a ela se submetem em consequência de seu sentido top/down.

Para além da política de avaliação externa bimestral, mas a ela se remetendo porque nesse contexto foi desenhada, o IDEB, indicador que desencadeou as reformas pelas quais passou a educação do Rio de Janeiro, evoluiu de 2,8 em 2009 para 3,2 em 2011; e 3,6 em 2013; com suas taxas de rendimento apresentando melhoras significativas, o que pode indicar que, no mínimo, esta política contribuiu para inserir a avaliação externa na rotina escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi realizada uma pesquisa de campo cujos dados apurados revelaram uma percepção positiva das equipes escolares em relação ao objeto pesquisado sem, entretanto, ignorar a existência de vozes discordantes. Dessa forma, embora apresente algumas lacunas, oriundas do contexto em que foi elaborada, mas passíveis de solução, a política de avaliação externa bimestral se consolidou como importante instrumento de avaliação de desempenho e acompanhamento de metas, o que pode confirmar a necessidade de sua continuidade, desde que haja uma produção textual profícua e que as informações circulem fidedignamente até os professores e encontre espaços adequados para a discussão dos resultados. É possível, assim, que de posse das informações e compreensão das implicações dos dados revelados pela avaliação, as equipes escolares possam atribuir-lhe significados e inseri-la em sua prática cotidiana, de modo que contribua, de fato, para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

Ante o exposto, é importante que a SEEDUC/RJ se abra à discussão, promovendo/possibilitando reflexões sobre as lacunas observadas neste estudo, dando voz aos *stakeholders*, implementadores impactados pelas políticas, mas capazes de influenciá-la em seus dois extremos: para o seu sucesso ou para seu fracasso.

REFERÊNCIAS

BROOKE, Nigel. O futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. V. 36, n. 128, p. 377-401., 2006.

FREEMAN, R. E. **Strategic management: a stakeholder approach**. Massachusetts: Pitman, 1984.

MACHADO, Cristiane. Avaliação externa e gestão escolar: reflexões sobre usos dos resultados. **Revista @mbienteeducação**. V.5, n.1. p.70-82, jan/jun. 2012.

NEUBAUER, Rose. SILVEIRA, Ghisleine Trigo. **Gestão dos sistemas escolares: quais caminhos perseguir?** Rio de Janeiro: Editora Campus, 2009.

POLON, Thelma L. P. **Identificação de perfis de liderança e características relacionadas à gestão pedagógica eficaz nas escolas participantes do Projeto Geres**. Rio de Janeiro, 2009. 314p. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

VIANNA, Heraldo. Fundamentos de um Programa de Avaliação Educacional. **Estudos em Avaliação Educacional**. São Paulo, n. 28, jul-dez, p. 23-38. 2003.